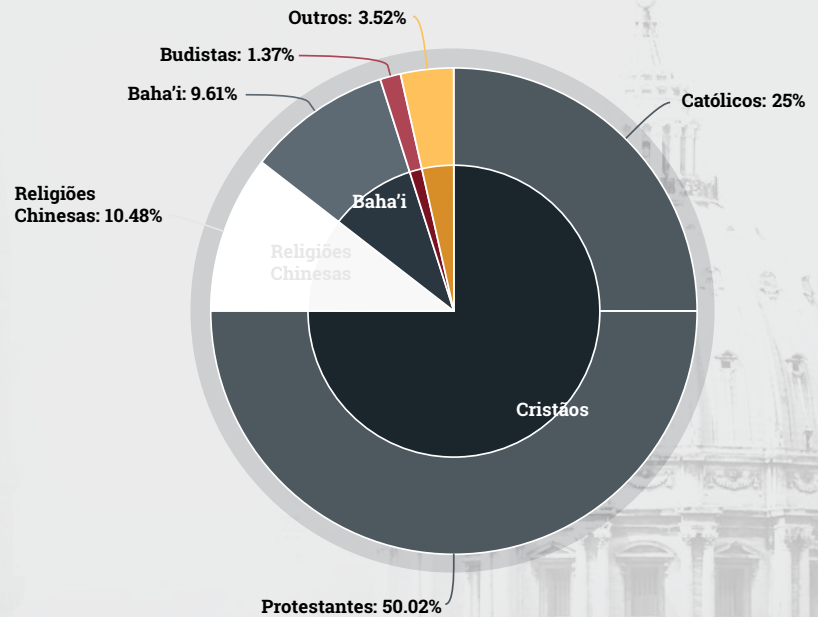


Nauru



Anteriormente chamada Pleasant Island pelos seus primeiros visitantes europeus, a menor república do mundo alcançou a independência em 1968. Enquanto colônia alemã, foi administrada pela Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido, no âmbito de um mandato da Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Apesar dos abusos dos direitos humanos em Nauru, não tem havido relatos de opressão à liberdade religiosa. Embora a Constituição garanta o direito à liberdade de consciência, expressão, reunião e associação, também declara que estas liberdades podem ser restritas por qualquer lei "que seja razoavelmente necessária (...) no interesse da defesa, segurança pública, ordem pública, moral pública ou saúde pública".^[1] Não existe religião do Estado, mas, à semelhança da maior parte dos habitantes da ilha, a maior parte dos responsáveis governamentais são membros da Igreja Protestante de Nauru. O Departamento de Estado Norte-Americano referiu que não há relatos de discriminação social geral dos grupos religiosos.^[2]

A religião predominante praticada na ilha é o Cristianismo e os missionários de muitas denominações cristãs diferentes estão presentes e ativos na ilha. Apesar das relações entre os grupos religiosos serem amigáveis, têm surgido tensões sociais. Questões relacionadas com a indústria da exploração mineira de fosfatos causaram problemas econômicos, o que resultou num declínio dos rendimentos e deixou Nauru dependente de ajuda externa.

As políticas de Nauru sobre liberdade religiosa afetaram sobretudo grupos religiosos como a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e as Testemunhas de Jeová. Muitos trabalhadores estrangeiros converteram-se a estes dois grupos religiosos depois de conviverem com trabalhadores de diferentes credos no âmbito da indústria dos fosfatos. Surgiu alguma resistência por parte da Igreja Protestante de Nauru a membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e Testemunhas de Jeová, pois alguns cristãos temem que o proselitismo por parte destes grupos possa criar tensões entre os locais.

Os que se converteram a outras denominações cristãs são agora autorizados a realizar serviços religiosos no alojamento das suas empresas. Este culto era proibido no passado, mas não há provas que sugiram que as restrições continuam. O Governo também pediu a ambos os grupos que registrem as suas igrejas, no âmbito das disposições da Portaria sobre Nascimento, Morte e Casamento, ou poderão ser impedidos de construir igrejas ou realizar serviços religiosos.

[1] https://www.constituteproject.org/constitution/Nauru_1968

[2] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>

INCIDENTES

Nos últimos anos, Nauru tem estado envolvido em controvérsia relacionada com o campo de detenção de requerentes de asilo na ilha, gerido pela Austrália. Os responsáveis do campo foram acusados de abuso de direitos humanos e de superlotação. A Austrália enviou todos os requerentes de asilo para centros de detenção em Nauru e na Papua Nova Guiné desde 2013, e o campo é o principal empregador de cidadãos. Detidos e ativistas de direitos humanos protestaram contra o tratamento e condições de vida dos requerentes de asilo. Em julho de 2013, ocorreu um motim no centro, num incidente sem precedentes. No ano seguinte, o Governo de Nauru admitiu que o aumento das taxas para os vistos dos jornalistas era uma resposta às reportagens negativas feitas por correspondentes estrangeiros. Como consequência, a partir de novembro de 2014, nenhuma agência internacional tinha apresentado um pedido de visto.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Tem havido melhorias significativas na liberdade religiosa nos últimos anos. O Governo suspendeu restrições anteriores à prática de trabalho missionário feito pelas Testemunhas de Jeová em 2008, cujos membros viam anteriormente ser recusados os vistos de entrada. Antes desta alteração de política, representantes da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias viram também ser-lhes recusada autorização para entrar no país.^[3]

[3] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2008/108417.htm>